

## ENTREVISTA COM BELMIRO GIL CABRITO:

a autonomia e a produção de conhecimento  
como interface do financiamento do ensino superior em Portugal

*Edineide Jezine\**  
(UFPB, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v8i13.941>

**Resumo:** A entrevista com o Prof. Belmiro Gil Cabrito, especialista em economia da educação (Universidade de Lisboa), faz parte de um período acadêmico de estágio Pós-doutoral, o qual estivemos juntos em orientação acadêmica. O diálogo, centra-se nas questões do financiamento da educação superior em um contexto de ampliação e diversificação do sistema português de ensino superior, favorecido pela democratização do acesso após Revolução dos Cravos (1975) e as políticas neoliberais de mercado. As contribuições da exposição, remetem a preocupação com a garantia da atividade de investigação, em termos de conhecimento desinteressado e útil a comunidade como um todo e a necessidade de observar a essência das instituições universitárias na contemporaneidade, em seus aspectos de autonomia e produção do conhecimento em controvérsia a dependência financeira de interesses privatistas.

**Palavras-Chave:** Financiamento da Educação. Ensino Superior - Portugal. Autonomia Universitária.

### **INTERVIEW WITH BELMIRO GIL CABRITO: autonomy and knowledge production as an interface of Higher Education Financing in Portugal**

**Abstract:** The interview as Prof. Belmiro Gil Cabrito, specialist in economics of education (University of Lisbon), is part of an academic period of Postdoctoral Internship, which we were together in academic orientation. The dialogue focuses on the issues of financing higher education in a context of expansion and diversification of the Portuguese system of higher education, favored by the democratization of access after the Carnation Revolution (1975) and neoliberal market policies. The contributions of the exhibition refer to the concern with the guarantee of the research activity, in terms of disinterested knowledge and useful to the community as a whole

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Pós-doutorado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/PT (CAPES/FCT - 2010/2011), com instância acadêmica na Universidade de Valência, Espanha. É Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. É bolsista produtividade PQ/2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). É membro da Rede Nacional de Pesquisa Universitárias/Br, coordenadora do EIXO 5 - Acesso, Permanência e Evasão. É Coordena o GT 11 - Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0180-0347>, E-mail: [edjezine@gmail.com](mailto:edjezine@gmail.com)

and the need to observe the essence of university institutions in contemporary times, in their aspects of autonomy and production of knowledge in controversy the financial dependence of privatist interests.

**Keywords:** Education Financing. Higher Education – Portugal. University Autonomy.

## **ENTREVISTA CON BELMIRO GIL CABRITO: autonomía y producción de conocimiento como interfaz de la financiación de la educación superior en Portugal**

**Resumen:** La entrevista con el Prof. Belmiro Gil Cabrito, especialista en economía de la educación (Universidad de Lisboa), forma parte de un período académico de prácticas postdoctorales, en el que estuvimos juntos en orientación académica. El diálogo se centra en las cuestiones de financiación de la educación superior en un contexto de expansión y diversificación del sistema portugués de educación superior, favorecido por la democratización del acceso después de la Revolución de los Claveles (1975) y las políticas neoliberales de mercado. Las contribuciones de la exposición se refieren a la preocupación por la garantía de la actividad investigadora, en términos de conocimiento desinteresado y útil para la comunidad en su conjunto y la necesidad de observar la esencia de las instituciones universitarias en tiempos contemporáneos, en sus aspectos de autonomía y producción de conocimiento en controversia la dependencia financiera de los intereses privatistas.

**Palabras clave:** Financiamento de la Educación. Educación Superior – Portugal. Autonomía Universitaria.

### **Introdução**

O tema do financiamento do ensino superior no contexto da globalização do neoliberalismo constitui-se um desafio a docentes/pesquisadores e gestores por estar associado às questões da autonomia, seja no campo da produção do conhecimento, como da gestão institucional.

Em um cenário de Estado neoliberal, que se consolida no âmbito da sociedade do capital, reafirma-se o princípio da “mão invisível do mercado” (Smith, 1996) na proposição de um estado forte para a compensação do capital e fraco para a proporcionalidade dos bens sociais. Dentre as estratégias do Estado sob a lógica neoliberal, destaca-se a minimização da responsabilidade do Estado com as políticas sociais em oposição a otimização do mercado, liberdade, circulação de indivíduos e capitais privados a partir da regulação político-econômico das relações com a sociedade civil, no campo da produção de bens sociais, dentre eles a educação.

Desta feita, em um cenário de expansão do capital globalizado e contenção dos gastos públicos, a educação superior, por sua vez, como um campo privilegiado de formação profissional torna-se alvo de mudanças, para adequar-se à lógica do mercado de capital e às dinâmicas de produtividade, eficiência e utilidade, requeridas pelo mercado de serviços.

A globalização como um fenômeno de multifacetadas dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas – interligadas de modo complexo, como

afere Santos (2002), afeta diversos e diferentes aspectos da organização da sociedade moderna, redefinindo blocos hegemônicos e periféricos de controle e desenvolvimento.

Nesse ínterim, situamos Portugal como um país que finaliza com a Revolução dos Cravos (1974) o regime ditatorial, iniciado em 1926, e busca em sua nova governança, sob o cariz socialista, a descolonização, a democracia e o desenvolvimento (Cabrito, 2011). Abre as portas para as condições de direitos sociais, cidadania e liberdade, em que a educação, principalmente o alargamento da educação superior ganha relevância para os fins de transformação social e qualificação profissional. Fato que contribui para que o país, considerado um dos mais pobres do bloco da União Europeia, ganhe destaque no Relatório da OCDE (2022) “como um dos 24 países da OCDE onde o ensino superior é o nível de escolarização mais comum entre os jovens” (OCDE, 2022).

Todavia, destaca-se que historicamente o ensino superior em Portugal se organizava para a formação das elites e quadros do Estado, que embora público, sempre foi pago pelos estudantes, lógica que perdura atualmente. De modo que o financiamento do ensino superior em Portugal se constitui uma pauta recorrente, tanto no âmbito político, como educacional. O financiamento passa da oferta pública à concessão da iniciativa privada com a Lei de Bases do Sistema Educativo (CNE, 1986), em que o pagamento de propinas deixa de ser uma contribuição social dos estudantes e passa a ser reajustado (1992). Contudo, é possível constatar o alargamento do sistema de ensino superior a partir do aumento do número de estudantes, que passa de 70.912 no período de 1975/1976 para 373.745 no período de 1999/2000 (Cabrito; Castro, 2021), mantendo-se atualmente a tendência de crescimento. A expansão é favorecida pela democratização do país no atendimento às demandas sociais de escolarização e trabalho da população e pelo alinhamento do país às dinâmicas sociais, políticas e econômicas internacionais do capital, e em específico da Comunidade Económica Europeia.

Nesse contexto, ganha destaque a construção do Espaço Europeu de Educação Superior, a partir do acordo de Bolonha (1999), que busca um sistema convergente, competitivo e atrativo internacionalmente, como o objetivo de melhorar a empregabilidade, desenvolver a mobilidade interna/externa de estudantes/professores e adequação às dinâmicas mercadológicas do capitalismo a partir da competitividade, produtividade e inovação tecnológica do produto, de modo a instar-se novas formas de governabilidade que irão afetar a arquitetura dos cursos de educação superior.

Portugal, como país membro do acordo de Bolonha, atende a demanda da continuidade do alargamento do sistema a partir da maior proximidade com o mercado, ampliação e diversificação institucional. Sobressai, a oferta dos 1º e 2º ciclos de ensino superior com igual duração, 3 e 2 anos, respectivamente, correspondente aos graus de “licenciatura” e de “mestrado”, ficando o grau de “Doutor” para as universidades. E, na esteira da ampliação privatização e mercadorização da oferta de ensino superior, o setor privado ganha as mesmas prerrogativas de ensino universitário e politécnico públicos.

Os estudos de Cerdeira (2008) e de Cabrito e Castro (2021), ao considerar a ampliação da oferta do ensino superior português, assinala em contrapartida a menor democracia e maior elitismo, pois os estratos mais baixos da sociedade ainda chegam pouco às instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Os autores, indicam a desresponsabilização do Estado para com o ensino superior a partir de menor orçamento e a obrigatoriedade de receita própria por parte das instituições. Fato que se agrava com a

crise mundial de 2008, o ingresso do Fundo Monetário Internacional (FMI) no país em 2011 com medidas de austeridade econômica e social e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES, 2007), que assegura o regime de fundações públicas de direito privado, abrindo as portas para o mercado empresarial e financeiro.

Cabrito, Cerdeira, Nascimento e Mucharreira (2020) assinalam o processo de privatização das instituições públicas a partir diversificação das fontes de financiamento, com contributo direto dos estudantes e a competitividade pelo financiamento externo. Sob enfoque teórico e técnico da Nova Governança Pública (NPG), Portugal adota o viés neoliberal, que se assenta na supremacia do setor privado sobre a iniciativa pública, comprometendo a democratização do ensino superior no país, a eficiência institucional, a disseminação do conhecimento e a formação de redes de investigadores na produção do conhecimento socialmente partilhado.

Todavia, o país superou a crise econômica vivida na período de maior austeridade (2011/2014) e figura entre os países da União Europeia com desenvolvimento no campo econômico e educacional, sobressaindo a expansão massiva do acesso ao ensino superior com o crescimento quantitativo da oferta; o ensino politécnico e a pós-graduação a partir da implantação de um sistema de ensino privado e a concessão da autonomia pedagógica-científica, administrativa e financeira às instituições de ensino superior público (Cerdeira *et alii*, 2014). Em que pese as custas do desenvolvimento do país, busca-se problematizar os princípios da autonomia universitária e da produção do conhecimento na controvérsia das políticas neoliberais, que estimulam a busca de financiamento externo ao Estado para a manutenção do sistema de ensino superior público português frente ao fosso das desigualdades sociais, como expresso no relatório Pobreza e exclusão social em Portugal, em que “[...] o aumento do risco de pobreza ou exclusão social entre 2020 e 2021 em Portugal (12%) foi comparativamente mais elevado que os restantes países da UE” (EAPN, 2022).

Nessa perspectiva, o debate sobre financiamento do ensino superior em seus processos contraditórios de crescimento do setor privado, a criação de Institutos Politécnicos – considerados de menor status social e acadêmico – e as cobranças de taxas para o acesso e permanência de estudantes em cursos e instituições públicas e privadas constitui o âmbito da entrevista com o Prof. Dr. Belmiro Gil Cabrito, especialista em economia da educação da Universidade de Lisboa, que analisa os fatores sociais e econômicos, bem como as condições de financiamento para a manutenção do sistema de ensino superior português, em controvérsia com a autonomia e a produção do conhecimento como bem público e ideal das universidades.

## Entrevista

**JEZINE** – *Considerando a situação do subfinanciamento do ensino superior, que vem se estabelecendo nas universidades públicas de Portugal, como avalia a manutenção do setor público mediante a diversificação do financiamento?*

**CABRITO** – Fazendo um pouco de história. O ensino superior em Portugal, até 1974, sempre foi público e não gratuito. Até essa data, no quadro não público, apenas existia a

Universidade Católica Portuguesa que não tinha, apesar de tudo, o estatuto de ensino superior.

Em 1974, menos de 30.000 jovens frequentavam o ensino superior público, e a sua origem social era basicamente a classe média alta e alta, e a universidade cumpria as suas funções de reprodução da classe dominante. Para a frequentar, era forçoso pagar uma anualidade (em português de Portugal, designa-se por “propina”) de 1.200 escudos, o que, em euros, corresponderia a 6 euros. Se hoje esta quantia é absolutamente irrisória, na altura era uma barreira à entrada no ensino superior para a generalidade da população, já que o seu rendimento mensal médio não atingia os 800 escudos. Isto é, a propina para frequentar o ensino superior era de 12,5% do rendimento médio anual de um trabalhador. Se tivermos em consideração que aqueles 800 escudos correspondem a um valor médio, bem como o nível de pobreza da população portuguesa durante os 48 anos da ditadura de Oliveira Salazar, percebemos bem a natureza elitista do ensino superior no país durante décadas.

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o ensino superior expandiu-se e diversificou-se com a criação de novas universidades e de institutos superiores e a população estudantil explodiu. Hoje são cerca de 400.000 os estudantes deste nível de ensino. E, o que aconteceu com o valor da propina: manteve-se. Após o 25 de Abril, a anualidade manteve-se nos 6 euros ao mesmo tempo que o nível de rendimentos das famílias aumentava também de forma “explosiva”: basta dizer que, em 16 de maio de 1974, o governo fixou um salário-mínimo mensal de 1.300 escudos. Com este aumento dos rendimentos, anualmente atualizados, o valor da anualidade tornou-se num valor simbólico, que nunca foi abolido, e as instituições de ensino superior continuaram a ser financiadas, fundamentalmente, pelo Estado: em 1995, 95% do orçamento das instituições públicas de ensino superior era oriundo do Orçamento de Estado (OE).

A partir da década de 1990, fruto de diversos fatores de natureza política, nomeadamente a deriva do país para o centro/centro-direita, a situação alterou-se. O valor da propina foi atualizado e o acesso à universidade tornou-se, outra vez, mais difícil para os jovens dos estratos mais pobres. Simultaneamente, o contributo do Governo para o orçamento das instituições públicas de ensino superior diminuiu de forma brutal – atualmente ronda os 40% – e as instituições públicas de ensino superior viram-se na obrigação de encontrar novas fontes de financiamento: de um lado, as propinas cobradas aos estudantes; de outro, no mercado encetando aquilo que se designa por diversificação de fontes de financiamento. Em Portugal inicia-se “oficialmente” uma política de partilha de custos, extraordinariamente penalizadora para os estudantes e para as instituições já que os novos valores cobrados aos estudantes, apesar de elevados, não eram, nem são, suficientes para compensar a diminuição de financiamento público das instituições.

Obviamente, o exposto é uma forma muito breve de apresentar como em Portugal se passou de uma propina simbólica de 6 euros em 1994 para propinas atualizadas de 1.036 euros em 2020 (nos últimos dois ou três anos, esse valor diminuiu para menos de 700 euros por proposta do CRUP – Conselho Reitores das Universidades Portuguesas, em virtude de ter piorado as condições de vida das famílias portuguesas, em consequência da crise económica e financeira decorrente da pandemia da Covid-19 e que se concretizou na diminuição da procura de ensino superior até meados da década de 2010) e de uma situação de em que o Estado era o quase único financiador das instituições públicas de

ensino superior para uma situação de desresponsabilização inaudita do Estado que força as instituições a procurar novas fontes de recursos.

Nestas circunstâncias, a sobrevivência das universidades e institutos superiores politécnicos públicos tem vindo a ser difícil, com efeitos negativos nas condições diárias de ensino e de aprendizagem e dificuldades acrescidas para professores e órgãos de gestão que são forçados a procurar fontes alternativas de financiamento. E, não podemos esquecer os estudantes e o clausulado da Constituição da República Portuguesa, que afirma o direito à educação e aponta a sua gratuitidade como um dos objetivos a atingir.

**JEZINE** – *As universidades em sua origem gozam da autonomia universitária, principalmente no que tange a produção de conhecimento. Como avalia a diversificação das fontes de financiamento que vem se expressando em parcerias com o setor privado de serviços (aluguéis de instalações e equipamentos, protocolos de colaboração-investigação; aplicação do mecenato – atividades artísticas) ou de produção de bens materiais para a manutenção das universidades?*

**CABRITO** – Face às dificuldades financeiras que vivenciam, as instituições públicas de ensino superior têm vindo a procurar novas fontes de financiamento seja, entre outras, no aluguer de instalações, na oferta de cursos de formação, na prestação de serviços de consultoria, na procura de financiamento concorrencial para a investigação, em protocolos de investigação com empresas e no mecenato. Esta situação pode trazer fortes constrangimentos às instituições e aos docentes, já que a sua sobrevivência se encontra dependente de fontes externas. No momento atual, dificilmente se poderá falar em autonomia universitária quando algumas das atividades/projetos de investigação levados a cabo dependem do financiamento externo que, obviamente, quer tirar dividendos desse investimento.

Não sendo contra a procura de financiamentos externos, considero que essa procura mata a autonomia universitária, nas condições em que é feita hoje, pelo menos em Portugal. Naturalmente, por muito bem que uma instituição esteja do ponto de vista orçamental, a entrada de mais dinheiro é sempre bem-vinda dado que há sempre algum equipamento que seria importante ter, mas para o qual ainda não se encontrou financiamento, ou há sempre um novo laboratório para montar, ou há sempre vontade de financiar novos projetos de investigação conduzidos pelos seus docentes e investigadores etc. O financiamento nunca é suficiente. Todavia, se as necessidades para um ensino de qualidade se encontram asseguradas, as universidades podem procurar parceiros de financiamento/investigação nas condições por elas definidas pois se as negociações com o “mercado” não chegarem a bom termo, o trabalho da universidade não se encontra comprometido.

O mesmo não acontece hoje, em que as universidades e os institutos superiores procuram financiamento como forma de sobrevivência. Mesmo a construção do seu plano de atividades anual ou de médio prazo é feito em função do financiamento aleatório do exterior e da maior ou menor capacidade da instituição para se “vender” e impor as suas condições. Nesta situação de poder assimétrico, dificilmente as instituições de ensino superior podem levar a cabo atividades em autonomia, estarão sempre dependentes da hipótese, sempre real, do parceiro externo impor condições que lhe permita maximizar o

lucro do investimento realizado, seja em termos de condicionamento da natureza e domínios da investigação, em termos de concessão e propriedade de patentes etc. Numa palavra, as condições financeiras das instituições públicas de ensino superior impedem-nas de ter o domínio do financiamento externo que venham a conseguir bem como a forma de o utilizar, porque dele depende a sua sobrevivência. Dificilmente há autonomia universitária quando há dependência financeira relativa a interesses privados, mercantis.

Posto isto, se o governo não se tivesse desresponsabilizado de ser o garante do financiamento em condições de qualidade das instituições públicas de ensino superior, estas poderiam tentar captar financiamentos externos com objetivos próprios ou discutidos com os financiadores, mas em termos de igual para igual. Nas circunstâncias atuais, a negociação faz-se entre pedintes e a “boa vontade” de um mercado que vive para maximizar o lucro, independentemente dos caminhos que tiver de prosseguir: investigação aplicada ao invés de investigação fundamental; oferta formativa condicionada pelas necessidades do mercado; cursos feitos à medida do financiador etc.

**JEZINE** – *E como fica a autonomia docente e a liberdade académica das Instituições de Ensino superior diante do condicionamento das imposições de financiamento externo?*

**CABRITO** – Curiosamente, há três ou quatro anos, uma estudante minha de doutoramento elegeu como objetivo da sua tese perceber até que ponto a autonomia e liberdade académica dos docentes, bem como dos órgãos de gestão, eram afetadas pela política de diversificação de fontes de financiamento. Na investigação, acabou por entrevistar cerca de 40 gestores/administradores/diretores das instituições públicas de ensino superior da área metropolitana de Lisboa. Apesar de parte dos inquiridos ter considerado que a diversificação das fontes de financiamento não condicionava de forma preocupante a autonomia universitária, todos eles em geral se referiram a limitações nas tomadas de decisão e à necessidade imperiosa de recorrer a financiamento externo com prejuízo na autonomia universitária, face ao subfinanciamento a que o Estado as submete. Aliás, a própria estrutura dos órgãos de governação condiciona essa autonomia dado que, de acordo com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007 de 10 de setembro), o órgão que define a missão e os objetivos da instituição é o Conselho Geral em cuja composição entram elementos internos (docentes) e externos (representantes das “forças vivas” do exterior, isto é, do mercado), trazendo o mercado e os seus interesses para o âmago da vida da instituição. Regressando ao estudo da minha doutoranda, de entre as limitações possíveis e/ou apontadas, uma delas dizia respeito diretamente à autonomia docente/liberdade académica – num contexto de subfinanciamento em que uma boa parte da investigação recorre a financiamento privado percebendo-se que são muitos os académicos que fazem a investigação que conseguem ver financiada e não aquela que desejariam. Também neste ponto devo destacar que não tenho nada contra uma boa gestão de recursos humanos na busca do conhecimento e que passará, certamente, pelo trabalho conjunto dos investigadores, sejam eles de instituições públicas sejam de instituições privadas, da academia ou do mercado – acima de tudo, é importante fazer desenvolver o conhecimento. O que me preocupa é a submissão dos académicos aos desejos do mercado, situação que por vezes concretiza a única possibilidade de fazerem investigação. Se a isso acrescentarmos o produtivismo a que os docentes e investigadores estão sujeitos atualmente, em que a sua sobrevivência não

depende dos seus resultados junto dos alunos, mas do número de projetos de investigação em que se encontram envolvidos ou do número de artigos publicados (inclusive em revistas específicas), percebe-se bem como o subfinanciamento crónico das instituições públicas de ensino superior dificulta a autonomia académica e como os docentes se poderão transformar em “funcionários não pagos” de corporações em vez de investigadores ao serviço da comunidade.

**JEZINE** – *Em geral, no interior das instituições existem desacordos entre a aceitação ou não de parcerias externas à manutenção institucional. Essa é uma condição resguardada à gestão institucional? Ou o financiamento externo – extragovernamental do setor privado pode induzir Grupos? Centros de Investigação? e/ou instituições à outras missões, que não o saber científico desinteressado do mercado de capital?*

**CABRITO** – Do exposto pode concluir-se que, a meu ver, e é apenas uma perspectiva pessoal, não se pode descartar a hipótese de alguns investigadores/centros de investigação virem a debruçar-se não tanto na produção desinteressada do conhecimento científico, mas na produção de saber para o mercado, como única forma de produzirem investigação e, desse modo, cumprirem as exigências inerentes à docência universitária: docência, investigação e atividades de extensão. Aliás, essa possibilidade é, ainda, mais provável tendo em conta que a investigação e a publicação são os parâmetros mais bem avaliados nos concursos de promoção, o que distorce, a meu ver, e de forma inquietante, a atividade docente: um bom professor dificilmente progride na carreira quando, em concurso, o seu trabalho é contraposto ao de outro qualquer professor que tem um enorme currículo de participação em projetos de investigação e em publicações científicas. Não estando a colocar em causa a importância de investigar e de publicar – na verdade a universidade é, por definição, um centro de procura de conhecimento e, portanto, um centro de investigação, existe, dentro do meu conhecimento, um peso assimétrico na valoração de alguns dos critérios que caracterizam o bom professor, em prejuízo da atividade docente propriamente dita.

Esta é uma questão mais difícil de responder e faz-me pensar na retórica liberal de que tudo o que é privado é melhor do que aquilo que é público. Esta é, aliás, uma interessante discussão. Segundo a ideologia do mercado, é melhor que seja o mercado a desempenhar a função de produção do que o Estado porque os funcionários públicos são menos produtivos por duas razões fundamentais: por um lado, como têm um trabalho/contrato garantido, não precisam de se esforçar muito porque têm o seu rendimento assegurado; por outro lado, como ganham no final do mês o mesmo, tenham ou não sido bons trabalhadores, não vale a pena esforçarem-se muito. Obviamente, esta visão é redutora, tendenciosa e parte do princípio de que os indivíduos, por definição, não são competentes nem bons profissionais. Obviamente, é uma forma de pensar com a qual discordo e que, trazida para a investigação, era o mesmo que dizermos que os docentes e investigadores não investigariam, não se investiriam na investigação se tivessem garantidos os recursos para investigar. Isto é completamente absurdo: um investigador, por definição, investiga; identifica os seus objetivos, seleciona a metodologia de investigação a utilizar, inventaria os instrumentos de pesquisa, constrói um projeto de investigação, seleciona a área de investigação, etc., com cuidado e inteligência porque investigar é uma atividade exigente onde não é permitida falta de atenção, superficialidade ou tomar por garantidas as



condições necessárias para o fazer, independentemente do trabalho realizado (o que não tem a ver com os resultados).

**JEZINE** – *Como avalia a busca incessante por financiamento por parte dos docentes e/ou Centros de Investigação para a produção do conhecimento?*

**CABRITO** – Nestas circunstâncias, não concordo com a procura incessante de financiamento por parte dos docentes e dos centros de investigação por diversas razões, nomeadamente porque, por um lado, os distrai da atividade que devem exercer (por vezes perdem mais tempo à procura de financiamentos do que o tempo que dedicam à investigação) e, por outro, porque, como já referi anteriormente, a investigação fica comprometida com os objetivos finais do financiador, que podem estar bastante afastados dos do investigador e do interesse público. Dito isto, não discordo com a procura de fontes alternativas de financiamento, dado que, por um lado, o financiamento nunca é demasiado, por muito suficiente que seja o financiamento público e, por outro, porque essa procura nos obriga a olhar para os outros e a tecer pontes com eles transformando possíveis concorrentes em parceiros. Discordo, sim, com uma procura de financiamento que seja a garantia da atividade de investigação pode fragilizar o investigador e todo o processo de investigação em termos de procura de conhecimento desinteressado, útil para a comunidade como um todo.

## Referências

CERDEIRA, Luisa; PATROCÍNIO, Tomás; CABRITO, Belmiro; Taylor, Maria A evolução do ensino superior em Portugal: expansão e regionalização nas últimas décadas. **Conference Paper**, July 2014. Acesso em: [\\*vora Cerdeira Patrocinio Cabrito Machado 20congresso.pdf](#) Acesso em: 05 set. 2023.

CERDEIRA, L & CABRITO, B. Democratização e acessibilidade no ensino superior em Portugal: mudanças recentes. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, v. 40, e 40632, 2018. Disponível em: [Democratizacao e Acessibilidade no Ensino Superior.pdf](#). Acesso em: 05 set. 2023.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (1776).

SANTOS, B. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Education at a Glance 2022**. Direção Geral da Educação. República Portuguesa. Lisboa. Disponível em: [Education at a Glance 2022 | Direção-Geral da Educação \(mec.pt\)](#). Acesso em: 05 set. 2023.

CABRITO, Belmiro G.; CASTRO, Alda M. D. A. Os caminhos da Expansão da Educação superior no Brasil e em Portugal: convergências e divergências. **Rev. Cient.**, São Paulo, n. 56, p. 1-22, e11156, jan./mar. 2021.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro G.; MUCHARREIRA, Pedro R. Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1-22, e20848, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20848>. Acesso em: 05 set. 2023.

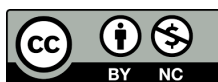
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza. Pobreza e Exclusão Social em Portugal –. Observatório Nacional. Luta contra a pobreza. **Relatório 2022**. Disponível em: [Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2022 - EAPN](#)

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Lisboa/Portugal. 1986). Disponível em: [Conselho Nacional de Educação \(cneu.pt\)](#). Acesso em: 05 de set. 2023.

Submetido em: 24/10/2023

Aprovado em: 28/12/2023

Publicado em: 29/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](#)